

FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO - FAESP

**RUTE DUARTE QUIRINO DOS SANTOS
VALDENICE DE FREITAS SANTOS BEZERRA**

**AUTISMO E INCLUSÃO NO CONTEXTO RELIGIOSO: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

**SÃO PAULO-SP
2026**

FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO – FAESP

RUTE DUARTE QUIRINO DOS SANTOS
VALDENICE DE FREITAS SANTOS BEZERRA

AUTISMO E INCLUSÃO NO CONTEXTO RELIGIOSO: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES

SÃO PAULO – SP
2026

3062

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Faculdade Evangélica de São Paulo - FAESP
Biblioteca Pastor José Wellington Bezerra

S237a Santos, Rute Duarte Quirino dos. Bezerra, Valdenice
Autismo e inclusão no contexto religioso: desafios e possibilidades / Rute Duarte Quirino dos
Santos – 2026. Valdenice Bezerra
34 f.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP,
Unidade Belenzinho, Curso de Licenciatura em Pedagogia, São Paulo, 2026.

Orientação: Prof. Dra. Danjone Regina Meira.

1. Inclusão. 2. Transtorno do Espectro Autista. 3. Igreja. 4. Educação Inclusiva. 5. Acessibilidade. I.
Título.

CDD 371.9

Bibliotecário Responsável: Rafael Gomes Santos CRB 8/9451

RUTE DUARTE QUIRINO DOS SANTOS
VALDENICE DE FREITAS SANTOS BEZERRA

Nota: 10.0

**AUTISMO E INCLUSÃO NO CONTEXTO RELIGIOSO: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

Artigo de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Evangélica de São Paulo - FAESP, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

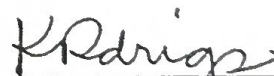
Aprovado em 14 de junho de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA:



Dra. Danjone Regina Meira

Prof. Orientador
Faculdade Evangélica de São Paulo
FAESP



Dra. Keila da Silva Santos Rodrigues
Coordenadora de Curso
Faculdade Evangélica de São Paulo
FAESP

RESUMO

O presente estudo aborda o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto religioso, analisando os desafios e as possibilidades relacionados à inclusão de pessoas autistas nos espaços eclesiais. Parte-se da compreensão de que a inclusão ultrapassa os limites da escola e alcança diferentes ambientes sociais e formativos, incluindo a igreja, entendida como espaço de convivência, acolhimento e desenvolvimento humano. A pesquisa fundamenta-se nos princípios da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, discutindo conceitos relacionados à educação inclusiva, acessibilidade, adaptação pedagógica, acolhimento e formação continuada de educadores e líderes religiosos. Além disso, analisa-se a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI), das práticas pedagógicas adaptadas e da construção de ambientes sensorialmente acessíveis para pessoas com TEA. O estudo também apresenta reflexões acerca do Projeto Acolher em Silêncio, compreendido como proposta de acolhimento sensorial e inclusão no ambiente religioso. Como aporte teórico, destacam-se autores como Maria Montessori, Maria Teresa Eglér Mantoan, Romeu Kazumi Sassaki, Lev Vygotsky e documentos legais brasileiros voltados à educação inclusiva e aos direitos da pessoa com deficiência. Conclui-se que a inclusão no contexto religioso exige transformação atitudinal, preparo institucional e formação humanizada, favorecendo a participação, o pertencimento e a dignidade da pessoa com Transtorno do Espectro Autista na comunidade de fé.

Palavras-chave: Inclusão; Transtorno do Espectro Autista; Igreja; Educação Inclusiva; Acessibilidade.

¹ Rute Duarte Quirino dos Santos Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) – Campus Belenzinho (SP). E-mail: rute.santos@faculdadefaespedu.br

² Valdenice de Freitas Santos Bezerra Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) – Campus Belenzinho (SP). E-mail: valdenice.bezerra@faculdadefaespedu.br

ABSTRACT

This study addresses Autism Spectrum Disorder (ASD) within the religious context, examining the challenges and opportunities related to the inclusion of autistic individuals in ecclesiastical settings. It is based on the understanding that inclusion extends beyond the boundaries of the school environment and reaches different social and educational spaces, including the church, which is viewed as a place of fellowship, acceptance, and human development. The research is grounded in the principles of Special Education from an Inclusive Perspective, discussing concepts related to inclusive education, accessibility, pedagogical adaptation, welcoming practices, and the ongoing training of educators and religious leaders. Furthermore, the study analyzes the importance of the Individualized Education Plan (IEP), adapted pedagogical practices, and the development of sensory-friendly environments for individuals with ASD. The study also presents reflections on the "Welcoming in Silence Project" (Projeto Acolher em Silêncio), understood as a proposal for sensory accommodation and inclusion within the religious environment. As a theoretical foundation, the work draws on the contributions of Maria Montessori, Maria Teresa Eglér Mantoan, Romeu Kazumi Sassaki, Lev Vygotsky and Brazilian legal frameworks related to inclusive education and the rights of persons with disabilities. The study concludes that inclusion in the religious context requires attitudinal transformation, institutional preparedness, and human-centered training, fostering participation, a sense of belonging, and the dignity of individuals with Autism Spectrum Disorder within the faith community.

Keywords: Inclusion; Autism Spectrum Disorder; Church; Inclusive Education; Accessibility

INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se tornado tema cada vez mais presente nas discussões educacionais, sociais e humanas, especialmente diante da necessidade de construção de espaços mais acessíveis, acolhedores e inclusivos. Nesse contexto, compreende-se que a inclusão não deve limitar-se apenas ao ambiente escolar, mas alcançar todos os espaços de convivência social, incluindo os ambientes religiosos.

Assim como a escola constitui um espaço social e formativo, a igreja também desempenha importante função social, educativa e comunitária. Nesse sentido, torna-se importante aplicar os princípios da educação inclusiva e da educação especial no cenário eclesial, considerando que muitas crianças, jovens e adultos com TEA frequentam comunidades religiosas e necessitam de acolhimento, participação e acessibilidade em sua vivência espiritual e comunitária.

Entretanto, apesar dos avanços relacionados às políticas públicas de inclusão e aos debates sobre acessibilidade, ainda existem desafios significativos no contexto religioso, especialmente no que se refere à adaptação pedagógica, à acessibilidade sensorial, à formação de educadores e líderes religiosos e à compreensão das necessidades específicas da pessoa autista. Muitas igrejas ainda não possuem preparo adequado para acolher indivíduos com deficiência, o que pode ocasionar exclusão, isolamento e dificuldades de participação nas atividades comunitárias e educativas.

Dessa forma, o presente estudo busca refletir acerca das possibilidades de inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no contexto religioso, analisando práticas pedagógicas inclusivas, estratégias de acolhimento, adaptação de ambientes e formação continuada de educadores cristãos. Além disso, propõe discutir o Projeto Acolher em Silêncio como possibilidade de acessibilidade sensorial no espaço eclesial, especialmente diante das sensibilidades auditivas frequentemente apresentadas por pessoas com TEA.

A pesquisa fundamenta-se em referenciais teóricos relacionados à Educação Inclusiva, Educação Especial, acessibilidade e desenvolvimento humano, dialogando com autores como Maria Montessori, Maria Teresa Eglér Mantoan, Romeu Kazumi Sassaki e Lev Vygotsky, além de documentos legais brasileiros voltados aos direitos da pessoa com deficiência.

Por fim, compreende-se que pensar a inclusão no contexto religioso significa promover pertencimento, dignidade humana e participação coletiva, reconhecendo que a igreja, enquanto espaço comunitário e formativo, também possui responsabilidade social e educativa diante da diversidade humana.

1. ASPECTOS ETIMOLÓGICOS E CONCEITUAIS

A reflexão sobre essa temática exige a elucidação dos conceitos terminológicos imprescindíveis à sua compreensão. Neste sentido, a abordagem inicia com os conceitos de Educação e Educação Especial, perpassando pelos conceitos de autismo, inclusão e igreja, como também abordando as questões legislativas que norteiam a Educação Especial e Inclusiva no Brasil.

1.1 Educação, Educação Especial e Educação Inclusiva

A palavra educação deriva do latim *educare*, que significa “conduzir para fora” ou “guiar”, indicando um processo de desenvolvimento das potencialidades humanas por meio do ensino e da aprendizagem (Ferreira, 2010). Assim, a educação não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a formação integral do indivíduo em suas dimensões cognitivas, sociais e culturais.

O termo inclusão, por sua vez, origina-se do latim *includere*, que significa “inserir” ou “abranger”, remetendo à ideia de participação plena de todos os indivíduos na sociedade, independentemente de suas diferenças. No contexto educacional, essa concepção implica a superação de práticas excludentes e a valorização da diversidade como elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem.

Compreende-se Educação Especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas educacionais, destinada a estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Seu objetivo é garantir recursos, serviços e estratégias que favoreçam o acesso, a participação e a aprendizagem desses sujeitos (Brasil, 1996), propondo a transformação do sistema educacional, de modo que todos os estudantes possam aprender juntos, respeitando suas singularidades. Nessa perspectiva, considera-se que não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola que deve se reorganizar para atender às necessidades de todos, promovendo equidade e acessibilidade.

De acordo com Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), a educação inclusiva pressupõe uma transformação profunda da escola, rompendo com práticas excludentes e reconhecendo a diversidade como parte constitutiva do processo educativo. Para a

autora, incluir não significa apenas permitir o acesso do aluno à instituição escolar, mas garantir sua participação efetiva e aprendizagem.

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência são inseridos nas turmas do ensino regular, pois ocorre uma seleção prévia daqueles considerados aptos à adaptação ao sistema educacional. Nessa perspectiva, são utilizadas estratégias como individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações diferenciadas e redução dos objetivos educacionais. Assim, a escola permanece estruturada da mesma forma, enquanto o aluno precisa adequar-se às exigências institucionais.

Segundo Mantoan (2003, p. 23-24), a inclusão "prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática". Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular". Dessa forma, a inclusão propõe transformação estrutural, pedagógica e atitudinal dos espaços educativos, valorizando a diversidade e garantindo participação plena a todos os indivíduos.

Segundo Sasaki (1997), por sua vez, que a inclusão social consiste em um processo bilateral, no qual sociedade e indivíduo buscam, conjuntamente, mecanismos para assegurar participação plena e igualdade de oportunidades, o que amplia o debate acerca da inclusão para além do ambiente escolar, alcançando diversos outros espaços sociais, inclusive os religiosos.

Partindo desse pressuposto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) configura-se como um dos transtornos do neurodesenvolvimento mais discutidos e em evidência na atualidade, termo que será amplamente caracterizado por alterações na comunicação, na interação social e por padrões comportamentais restritos e repetitivos (APA, 2014). Diante dessas especificidades, torna-se essencial o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas, como o uso de recursos visuais, a organização de rotinas estruturadas e a criação de ambientes acolhedores. Dessa forma, a inclusão deve ser compreendida como um compromisso coletivo, exigindo mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais nos diferentes espaços de convivência humana.

1.1.1 Base legal da educação inclusiva no Brasil

A garantia da educação inclusiva no Brasil está fundamentada em diversos dispositivos legais que asseguram o direito à educação para todos. A Constituição

Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, enquanto o artigo 208, inciso III, prevê o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Complementarmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) define a Educação Especial como modalidade transversal, reforçando a necessidade de sua integração ao ensino regular. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) amplia essa garantia ao proibir a recusa de matrícula e assegurar condições de acessibilidade.

Além disso, a Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais de acessibilidade, enquanto a Lei nº 13.977/2020 (Lei Romeo Mion) institui a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA. Mais recentemente, o Decreto nº 12.686/2025, complementado pelo Decreto nº 12.773/2025, reforça a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, destacando instrumentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI).

Nesse contexto, a legislação brasileira representa um avanço significativo na garantia dos direitos das pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista. Entretanto, a efetivação dessas políticas ainda constitui um desafio, especialmente diante das barreiras atitudinais, sociais e estruturais presentes em diferentes instituições.

Conforme destaca Romeu Kazumi Sassaki (2009), a acessibilidade não se restringe às barreiras arquitetônicas, abrangendo também aspectos comunicacionais, metodológicos, instrumentais e atitudinais. Assim, a inclusão requer mudanças que ultrapassem adaptações físicas, envolvendo transformação cultural e social.

1.2 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Etimologicamente falando, o termo autismo tem origem no grego *autos*, que significa “de si mesmo”, sendo utilizado para descrever comportamentos voltados ao próprio indivíduo (Houaiss, 2009). Essa definição inicial contribui para a compreensão das características do Transtorno do Espectro Autista, embora, na contemporaneidade, o conceito tenha sido ampliado à luz de estudos científicos mais recentes.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por alterações na

comunicação, na interação social e por padrões comportamentais restritos e repetitivos (APA, 2014). Trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta, geralmente, nos primeiros anos de vida.

Diante dessas características, torna-se fundamental a adoção de práticas inclusivas que considerem as necessidades específicas desses indivíduos. Nesse sentido, a contribuição de Maria Montessori mostra-se relevante, ao enfatizar o respeito ao ritmo da criança e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Nas últimas décadas, os estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista ampliaram significativamente a compreensão acerca das características e necessidades das pessoas autistas.

Atualmente, entende-se o TEA, como uma condição do neurodesenvolvimento que apresenta diferentes níveis de suporte, variando conforme as particularidades de cada sujeito. De acordo com pesquisas contemporâneas, o diagnóstico precoce e as intervenções adequadas contribuem significativamente para o desenvolvimento das habilidades comunicacionais, sociais e cognitivas da criança. Nesse processo, o apoio familiar, escolar e comunitário torna-se fundamental.

Além disso, destaca-se a importância da construção de ambientes previsíveis e acolhedores, capazes de reduzir estímulos excessivos e favorecer a segurança emocional da pessoa com TEA. Tais aspectos podem ser aplicados tanto no contexto educacional quanto no ambiente religioso.

1.3 Igreja / Ekklesia e seus fundamentos teológicos

No âmbito religioso, a palavra igreja tem origem no termo grego *ekklesia*, que significa “chamados para fora”, sendo historicamente utilizada para designar a assembleia de pessoas reunidas com um propósito comum. Tal conceito amplia a compreensão da igreja para além de um espaço físico, configurando-a como uma comunidade de sujeitos que compartilham valores, crenças e práticas (CHAMPLIN, Russell Norman; 4. ed. p.212).

O termo *ekklesia* refere-se, no Novo Testamento, ao conjunto de pessoas chamadas por Deus para viverem em comunhão, não se limitando a um espaço físico. Assim, a Igreja é compreendida como o Corpo de Cristo, conforme Efésios 1:22-23,

sendo um organismo vivo, no qual cada membro possui uma função específica.

Além disso, a Igreja apresenta uma dimensão comunitária, evidenciada em Atos 2:42-47, marcada pela comunhão e pela partilha, e uma dimensão missional, conforme João 20:21 (BÍBLIA SAGRADA), sendo enviada ao mundo com um propósito. A compreensão da igreja como Corpo de Cristo reforça a ideia de interdependência entre seus membros, evidenciando que cada indivíduo possui valor e função dentro da comunidade. Essa concepção contribui para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas no ambiente religioso, sobretudo em relação às pessoas com deficiência e TEA.

Nesse sentido, compreender a igreja como ekklesia implica reconhecê-la como um espaço relacional, formativo e potencialmente inclusivo, no qual todos os indivíduos devem ser acolhidos em sua singularidade.

1.4 Metodologia Montessoriana e contribuições para a inclusão

Compreende-se que o desenvolvimento infantil ocorre de maneira mais significativa quando a criança participa ativamente do próprio processo de aprendizagem. A valorização da autonomia, da liberdade orientada e das experiências práticas permite que ela desenvolva habilidades cognitivas, emocionais e sociais de forma gradual e natural. Assim, o educador assume o papel de mediador, criando oportunidades para que a criança explore, descubra e construa conhecimentos por meio de suas próprias ações. Nessa perspectiva, Maria Montessori afirma que “o trabalho independente da criança é a chave de seu desenvolvimento” (MONTESSORI, 2017, p. 140).

A organização do ambiente exerce papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil, especialmente na perspectiva da educação inclusiva e humanizada. Quando o espaço é preparado de forma acolhedora, acessível e estimulante, a criança encontra oportunidades para explorar, interagir e desenvolver sua autonomia de maneira natural. Nesse sentido, o ambiente deixa de ser apenas um espaço físico e passa a atuar como elemento pedagógico essencial, favorecendo experiências significativas e respeitando as necessidades individuais de cada criança.

1.5 A igreja como espaço de acolhimento

A igreja, compreendida para além de sua estrutura física, configura-se como um espaço de convivência, formação e construção de valores. Nesse sentido, pode ser entendida como um ambiente educativo não formal, no qual ocorre a socialização e o desenvolvimento humano integral. Dessa forma, a igreja assume um papel relevante na promoção da inclusão, sendo chamada a acolher todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista. Esse acolhimento deve ultrapassar o acesso, garantindo também a participação ativa e o sentimento de pertencimento.

A compreensão da igreja como espaço acolhedor encontra respaldo nos princípios cristãos de comunhão, serviço e valorização humana. Nesse sentido, o acolhimento da pessoa com deficiência não deve ocorrer apenas de maneira assistencialista, mas mediante práticas que promovam pertencimento, participação e dignidade.

A partir dessa compreensão, torna-se necessário aprofundar a dimensão teológica da igreja, especialmente por meio do conceito de ekklesia, a fim de compreender sua função inclusiva no contexto comunitário.

1.5.1 Contribuições do Método Montessori para a inclusão na Ekklesia

Ao relacionar os princípios montessorianos com o conceito de ekklesia, observa-se que ambos valorizam o indivíduo em sua singularidade, reconhecendo seu papel ativo no processo de desenvolvimento e na convivência comunitária. Enquanto Montessori enfatiza a criança como sujeito ativo da aprendizagem, a ekklesia reconhece cada pessoa como membro do Corpo de Cristo, participante da vida coletiva e espiritual.

Da mesma forma, o ambiente preparado dialoga com a igreja como espaço de formação, acolhimento e desenvolvimento integral do sujeito. Além disso, a liderança compreendida como serviço aproxima-se da figura do educador montessoriano, que atua como guia no processo educativo, respeitando as individualidades e favorecendo a autonomia.

Nesse contexto, a construção de ambientes acolhedores no espaço religioso pode favorecer significativamente a participação de crianças com TEA, especialmente quando há organização do ambiente, mediação adequada e compreensão das necessidades

específicas de cada indivíduo. Dessa forma, a inclusão no contexto da igreja não deve ser compreendida apenas como presença física, mas como participação ativa na vivência comunitária e espiritual.

“Quando falamos em ‘ambiente’, referimo-nos ao conjunto total daquelas coisas que a criança pode escolher livremente e manusear, de acordo com suas tendências e impulsos de atividade” (Montessori, 2017, p. 67).

Além disso, para Montessori, o educador precisa observar atentamente o desenvolvimento infantil, compreendendo as particularidades e potencialidades de cada criança. Por essa razão, a autora defende que o professor não seja apenas transmissor de conteúdos, mas também um pesquisador sensível e observador do comportamento humano, assumindo uma postura investigativa diante do processo educativo. A prática pedagógica fundamentada na observação sensível e no respeito ao desenvolvimento humano contribui para uma educação mais inclusiva, reflexiva e significativa.

Nesse entendimento, o educador precisa ir além da simples transmissão de conhecimentos, buscando compreender as necessidades, comportamentos e potencialidades de cada criança em seu contexto social e educacional. Tal postura exige olhar atento, sensibilidade e compromisso com a formação integral do indivíduo, permitindo que o professor atue de maneira investigativa e humanizada diante do processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, Maria Montessori afirma que: “É preciso que o educador, suficientemente dotado do ‘espírito do cientista’, sinta-se animado com a ideia de que, muito em breve, experimentará a satisfação de tornar-se um observador da humanidade.” (Montessori, 2017, p. 23).

A educação, na perspectiva montessoriana, ultrapassa os limites da sala de aula e alcança a formação integral do ser humano em sua relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Dessa maneira, a chamada educação cósmica propõe uma compreensão ampla da vida, despertando na criança sentimentos de pertencimento, responsabilidade e cooperação com toda a humanidade e com a natureza. Da mesma forma, a educação socioambiental contribui para a construção de valores voltados ao respeito, à solidariedade, à consciência coletiva e ao cuidado com o meio em que se vive. Assim, a formação educacional não deve preocupar-se apenas com conteúdos acadêmicos, mas também com a construção de uma sociedade mais humana, inclusiva

e equilibrada. Nessa perspectiva, Maria Montessori afirma que: "O problema não é, pois, somente pedagógico; relaciona-se com a humanidade inteira." (Montessori, 2017, p. 322).

Nesse contexto, a construção de ambientes acolhedores no espaço religioso pode favorecer significativamente a participação de crianças com TEA, especialmente quando há organização do ambiente, mediação adequada e compreensão das necessidades específicas de cada indivíduo. Dessa forma, a inclusão no contexto da igreja não deve ser compreendida apenas como presença física, mas como participação ativa na vivência comunitária e espiritual.

2. INCLUSÃO, ADAPTAÇÕES PEDAGÓGICAS E ACOLHIMENTO DA PESSOA COM TEA NO CONTEXTO RELIGIOSO

A inclusão é compreendida como um princípio que ultrapassa os limites da escola e alcança todos os espaços sociais e formativos, incluindo os ambientes religiosos. Envolve acolhimento, participação, acessibilidade e respeito às singularidades humanas, garantindo que cada indivíduo tenha oportunidades reais de desenvolvimento e pertencimento no ambiente onde está inserido na sociedade. "A inclusão escolar exige práticas pedagógicas acessíveis, formação continuada dos docentes e adaptações que respeitem as singularidades dos estudantes" (Ziliotto, 2023).

Relacionando essa perspectiva ao contexto da igreja, compreende-se que as práticas pedagógicas inclusivas possuem papel essencial na construção de um ambiente eclesialístico mais acessível e humanizado. Isso significa adaptar métodos de ensino bíblico, atividades, linguagem, comunicação e espaços físicos para que crianças, jovens e adultos com deficiência ou necessidades específicas possam participar plenamente das experiências de fé e convivência comunitária, incluindo o TEA. Portanto, evidencia-se a importância da formação daqueles que atuam no ensino religioso, ministérios infantis e demais atividades educativas da igreja. Assim como o professor na escola, os educadores e líderes religiosos precisam compreender as diferenças, desenvolver sensibilidade diante das limitações e potencialidades dos indivíduos e promover estratégias inclusivas que favoreçam a participação coletiva.

Nesse contexto, a inclusão deixa de ser apenas uma ação assistencial e passa a representar um compromisso ético, social e cristão com a dignidade humana. As práticas pedagógicas inclusivas na igreja contribuem para fortalecer vínculos, combater exclusões e possibilitar que todos os indivíduos se sintam acolhidos, valorizados e participantes ativos da comunidade religiosa.

2.1 Uma análise da formação continuada para professores no atendimento cristão

A formação continuada de professores e educadores no atendimento cristão possui papel fundamental na construção de práticas pedagógicas verdadeiramente

inclusivas dentro da igreja. Em uma sociedade marcada pela diversidade humana, torna-se indispensável que os educadores cristãos estejam preparados não apenas espiritualmente, mas também pedagogicamente, para acolher crianças, jovens e adultos com diferentes necessidades e formas de aprendizagem. Nesse contexto, a formação continuada contribui para ampliar o olhar dos educadores acerca da inclusão, promovendo maior compreensão sobre deficiência, transtornos do desenvolvimento, acessibilidade e adaptação pedagógica.

Mais do que transmitir conteúdos bíblicos, o educador cristão passa a compreender a importância do acolhimento, da escuta sensível e do respeito às individualidades, fortalecendo valores como empatia, dignidade humana e amor ao próximo. Além disso, a capacitação contínua favorece o desenvolvimento de estratégias metodológicas adequadas para o ensino cristão inclusivo, possibilitando adaptações nas atividades, nos recursos didáticos, na linguagem e na comunicação. Essa preparação reduz barreiras que frequentemente dificultam a participação de pessoas com deficiência nos espaços religiosos, permitindo que elas se sintam pertencentes à comunidade de fé.

Sob uma perspectiva acadêmica e social, a formação continuada também auxilia na desconstrução de preconceitos historicamente presentes em muitos ambientes religiosos. O conhecimento promove conscientização e contribui para que a igreja compreenda a inclusão não como assistência limitada, mas como direito, participação e valorização da pessoa humana em sua integralidade. Assim, investir na formação continuada de professores e educadores cristãos significa fortalecer uma educação religiosa mais humanizada, acessível e coerente com os princípios de acolhimento e amor ensinados pelo cristianismo. Dessa maneira, a igreja amplia sua função social e espiritual, tornando-se um espaço em que todos possam aprender, participar e desenvolver sua fé com dignidade e pertencimento.

Portanto, além da formação dos educadores e líderes religiosos, faz-se necessária a implementação de estratégias práticas de inclusão que favoreçam a participação da pessoa com TEA na comunidade cristã. A partir dessa perspectiva, torna-se relevante analisar propostas inclusivas aplicadas ao contexto religioso, como o Projeto Acolher em Silêncio, que busca desenvolver ações de acolhimento, adaptação e acessibilidade no ambiente eclesial.

2.2 Projeto Acolher em Silêncio: acolhimento e acessibilidade sensorial no contexto eclesial

Considerando as necessidades sensoriais, emocionais e comunicacionais da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), torna-se necessário desenvolver estratégias inclusivas que favoreçam sua permanência, participação e pertencimento nos ambientes religiosos. Nesse contexto, o Projeto Acolher em Silêncio surge como proposta voltada à construção de espaços eclesiais mais acessíveis, organizados e sensorialmente adaptados, visto que, "pessoas com TEA podem apresentar 'hiper ou hipo' reatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente" (APA, 2014, p. 12).

Desta forma, compreende-se que estímulos auditivos intensos, excesso de luzes, odores fortes e sons simultâneos podem provocar desconforto, ansiedade e desregulação sensorial. Sabendo-se que muitas pessoas com TEA apresentam hipersensibilidade auditiva, a utilização de abafadores de som durante cultos, celebrações e eventos religiosos pode contribuir significativamente para o conforto sensorial, previsibilidade auditiva e autorregulação comportamental. Tal recurso pode ser disponibilizado logo na entrada do ambiente religioso e devolvido ao término das atividades, favorecendo maior permanência e participação nas experiências comunitárias.

Nesse sentido, a organização do ambiente exerce papel fundamental no desenvolvimento humano e no processo de inclusão. Conforme afirma Maria Montessori: "O ambiente deve ser rico em motivos de interesse que se prestem à atividade e convidem a criança a conduzir suas próprias experiências" (MONTESSORI, 2017). A partir dessa compreensão, entende-se que ambientes religiosos organizados, previsíveis e acolhedores favorecem não apenas a participação da pessoa com TEA, mas também sua segurança emocional e interação social.

Além disso, o Transtorno do Espectro Autista manifesta-se de maneira singular em cada indivíduo. Algumas pessoas apresentam maior sensibilidade a estímulos visuais e sonoros, enquanto outras os sentem com menor intensidade. Assim, reduzir impactos sensoriais excessivos contribui para o equilíbrio emocional e promove o bem-estar no espaço religioso. Segundo Romeu Kazumi Sassaki, a inclusão social pressupõe a

eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, metodológicas e atitudinais que dificultam a participação plena na sociedade (SASSAKI, 2009). Tal perspectiva amplia a compreensão da inclusão para além do acesso físico, envolvendo também o acolhimento, a acessibilidade e o pertencimento nos diferentes ambientes sociais e religiosos.

A autorregulação sensorial favorece não apenas o conforto da pessoa com TEA, mas também possibilita melhor interação social e participação nas atividades desenvolvidas pela comunidade religiosa. Dessa forma, a construção de ambientes previsíveis, acolhedores e organizados fortalece vínculos, amplia o sentimento de pertencimento e favorece experiências espirituais mais acessíveis e inclusivas.

Nesse contexto, destaca-se a importância da formação de líderes, professores, voluntários e educadores cristãos preparados para compreender as especificidades do autismo e atuar de maneira acolhedora e humanizada. Conforme afirma Maria Teresa Eglér Mantoan, a inclusão implica uma transformação nos espaços educativos e sociais, exigindo mudanças nas práticas, atitudes e formas de participação (MANTOAN, 2003). Assim, a capacitação da equipe ministerial contribui para a redução de barreiras atitudinais e para o desenvolvimento de adaptações pedagógicas e sensoriais adequadas às necessidades individuais de cada pessoa, fortalecendo uma cultura de acolhimento no contexto religioso.

2.3 PEI, adaptações pedagógicas e estratégias inclusivas na comunidade cristã

Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) torna-se um instrumento relevante para o acompanhamento das necessidades específicas da pessoa com deficiência, especialmente no Transtorno do Espectro Autista. Como cada sujeito apresenta características, sensibilidades e formas particulares de aprendizagem e interação social, as adaptações pedagógicas precisam ocorrer de maneira flexível, respeitando limites, potencialidades e níveis de suporte. Amparado pela legislação vigente, o PEI caracteriza-se como um documento norteador que acompanha o crescimento do aluno, envolvendo ativamente profissionais da saúde, a família, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o professor regente.

Dessa maneira, o Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui um

instrumento pedagógico fundamental na efetivação da Educação Inclusiva, pois organiza, sistematiza e direciona as ações educativas voltadas às necessidades específicas do estudante público-alvo da Educação Especial. Trata-se de um documento construído de forma colaborativa, que busca assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem significativa do educando no contexto escolar.

O PEI é destinado, principalmente, aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Seu propósito consiste em planejar estratégias pedagógicas individualizadas, considerando as singularidades, potencialidades, limitações, formas de comunicação e ritmo de aprendizagem de cada aluno. Nesse sentido, o plano ultrapassa a ideia de mera adaptação curricular, constituindo-se como um instrumento de garantia da equidade educacional.

A construção do PEI envolve professores regentes, do Atendimento Educacional Especializado (AEE), coordenação pedagógica, equipe multidisciplinar e família incluindo o próprio estudante, quando possível, para fortalecer sua autonomia e protagonismo. O documento deve ser constantemente atualizado, acompanhando o desenvolvimento e as necessidades do aluno ao longo do percurso escolar. Seus principais elementos compõem-se de: identificação e avaliação diagnóstica inicial do estudante; descrição de habilidades e dificuldades; objetivos pedagógicos; metodologias de ensino; recursos de acessibilidade; adaptações curriculares e formas de registro da evolução escolar.

Do ponto de vista legal, o PEI é sustentado por diversos marcos normativos da educação inclusiva brasileira. A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à educação para todos e ao atendimento educacional especializado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) também reforça a necessidade de serviços de apoio especializado e adequações pedagógicas aos estudantes da Educação Especial.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão — LBI (Lei nº 13.146/2015) estabelece o direito da pessoa com deficiência à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, vedando práticas excludentes e determinando a oferta de recursos de acessibilidade e adaptações razoáveis. Somam-se a isso as atualizações promovidas pelo Decreto nº 12.686/2025 e pelo Decreto nº 12.773/2025, que passaram a mencionar expressamente

o PEI como documento pedagógico obrigatório no contexto da Educação Especial Inclusiva.

Nesse sentido, os referidos decretos reforçam que o planejamento individualizado deve ser elaborado a partir de estudo de caso, com atualização contínua e integrado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição escolar. Assim, o PEI representa um importante avanço para a consolidação de práticas educacionais inclusivas, pois reconhece que os estudantes aprendem de maneiras diferentes e que a escola precisa reorganizar suas práticas pedagógicas para garantir condições reais de aprendizagem.

Nessa perspectiva, considera-se pertinente que instituições religiosas desenvolvam diretrizes pedagógicas inclusivas semelhantes ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento, a participação e as necessidades educacionais dos indivíduos com deficiência no contexto comunitário e religioso. Dessa forma, pensar a inclusão no contexto da igreja significa compreender o ser humano em sua integralidade, reconhecendo que o acolhimento da pessoa com TEA também envolve o cuidado, a escuta e o suporte oferecido à sua família, fortalecendo vínculos de pertencimento e comunhão entre todos os membros da comunidade.

2.4 A Psicologia Sócio-histórica e a Inclusão da Pessoa com TEA no Contexto Religioso

A Psicologia Sócio-histórica, desenvolvida principalmente a partir dos estudos de Lev Vygotsky, compreende o ser humano como sujeito constituído nas relações sociais, culturais e históricas estabelecidas ao longo da vida. Nessa perspectiva, o desenvolvimento humano não ocorre de maneira isolada, mas por meio das interações sociais e das experiências vivenciadas no meio em que o indivíduo está inserido.

Segundo Vygotsky (1997), o aprendizado e o desenvolvimento estão profundamente relacionados às mediações realizadas pelo outro e pelo ambiente social. Assim, o sujeito desenvolve suas funções psicológicas superiores a partir das relações construídas com a família, a escola, a comunidade e os diferentes espaços de convivência humana. Tal compreensão contribui significativamente para a reflexão acerca da inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto religioso.

Nesse sentido, a igreja pode ser compreendida como espaço social, relacional e

formativo, capaz de favorecer experiências de interação, pertencimento e desenvolvimento humano. Assim como a escola desempenha função educativa e social, a igreja também atua na construção de vínculos, valores, identidade e convivência comunitária. Dessa forma, aplicar os princípios da educação inclusiva e especial ao ambiente eclesialístico significa reconhecer que todos os indivíduos possuem direito à participação plena na vida comunitária e espiritual.

De acordo com a perspectiva sócio-histórica, a deficiência não deve ser compreendida apenas sob um olhar biológico ou limitado às dificuldades individuais do sujeito. Vygotsky (1997) destaca que as barreiras sociais e culturais podem ampliar processos de exclusão quando o ambiente não oferece condições adequadas de participação e desenvolvimento. Assim, muitas limitações enfrentadas pela pessoa com deficiência decorrem não apenas de suas características individuais, mas também da ausência de acessibilidade, acolhimento e mediação social.

No contexto do Transtorno do Espectro Autista, essa compreensão torna-se especialmente relevante, considerando que muitas pessoas com TEA enfrentam dificuldades relacionadas à comunicação, interação social e adaptação aos ambientes com excesso de estímulos sensoriais. Nesse sentido, o acolhimento promovido pela igreja, aliado às adaptações pedagógicas e relacionais, pode favorecer significativamente a participação comunitária e o desenvolvimento emocional da pessoa autista.

Além disso, a teoria de Vygotsky enfatiza a importância da mediação no processo de aprendizagem e desenvolvimento. O autor compreende que o sujeito aprende mediante interação com indivíduos mais experientes, sendo o mediador responsável por favorecer a construção de conhecimentos e experiências significativas. Essa compreensão pode ser aplicada ao contexto religioso, especialmente nas práticas de ensino bíblico, atividades comunitárias e acompanhamento espiritual de pessoas com deficiência.

A chamada Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), conceito desenvolvido por Vygotsky, refere-se à distância entre aquilo que o indivíduo já consegue realizar sozinho e aquilo que pode realizar com auxílio e mediação adequada. Dessa forma, compreende-se que o desenvolvimento humano não deve ser limitado às dificuldades aparentes do sujeito, mas ampliado mediante estímulos, apoio e oportunidades de participação social.

Aplicada ao contexto religioso, essa perspectiva reforça a importância da construção de ambientes acolhedores, acessíveis e mediadores, nos quais a pessoa com TEA possa desenvolver autonomia, vínculos afetivos e participação comunitária. Assim, a inclusão no espaço eclesial deixa de representar apenas assistência religiosa e passa a constituir prática de valorização humana, convivência social e desenvolvimento integral.

Sob essa perspectiva, a igreja inclusiva reconhece que cada indivíduo possui singularidades, potencialidades e diferentes formas de expressão e aprendizagem. Portanto, promover inclusão no ambiente religioso implica desenvolver práticas fundamentadas no respeito às diferenças, na acessibilidade e na construção coletiva de relações mais humanas e acolhedoras.

Dessa maneira, compreender a inclusão da pessoa com TEA sob a perspectiva sócio-histórica permite reconhecer a importância das relações humanas, da mediação e do acolhimento nos diferentes espaços sociais. Nesse contexto, a igreja também se apresenta como ambiente formativo, comunitário e potencialmente inclusivo, tornando-se necessário refletir sobre seu papel no desenvolvimento humano, espiritual e social da pessoa com deficiência.

3. A IGREJA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO, ACOLHIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

O presente capítulo propõe uma reflexão acerca da igreja como espaço de inclusão, acolhimento e desenvolvimento humano, considerando os princípios da educação inclusiva e da educação especial aplicados ao contexto religioso. Partindo da compreensão de que a inclusão deve ultrapassar os limites do ambiente escolar, busca-se analisar o papel da comunidade eclesial na promoção da acessibilidade, do pertencimento e da participação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse sentido, serão discutidos aspectos relacionados à função social da igreja, às adaptações pedagógicas, ao acolhimento familiar e à formação de líderes e educadores para práticas mais humanizadas e inclusivas.

3.1 A função social e inclusiva da igreja

Assim como a escola é reconhecida como um espaço social, educativo e formativo, a igreja também exerce importante papel na construção das relações humanas, espirituais e comunitárias. Nesse sentido, torna-se necessário compreender que os princípios da educação inclusiva e da educação especial podem ser aplicados ao contexto religioso, favorecendo acolhimento, acessibilidade, participação e pertencimento às pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A igreja, compreendida à luz do conceito de *ekklesia*, ultrapassa a ideia de um espaço físico destinado apenas à realização de cultos religiosos. Trata-se de uma comunidade formada por indivíduos que compartilham experiências, valores, convivência e desenvolvimento espiritual. Assim, sua função social envolve também práticas de acolhimento, cuidado humano e inclusão daqueles que historicamente enfrentam processos de exclusão social.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão pressupõe o reconhecimento da diversidade humana como elemento constitutivo da sociedade, exigindo transformação dos ambientes e das práticas sociais para garantir participação efetiva de todos os indivíduos. Tal compreensão amplia o debate da inclusão para além do espaço escolar, alcançando também instituições religiosas e demais ambientes comunitários.

Sob essa perspectiva, a igreja inclusiva não deve limitar-se apenas à recepção das pessoas com deficiência, mas buscar condições concretas para sua permanência e participação ativa na vida comunitária. Isso envolve acessibilidade física, comunicacional, metodológica e atitudinal, permitindo que cada indivíduo desenvolva sua espiritualidade e suas relações sociais de maneira digna e acolhedora.

De acordo com Sassaki (2006), a inclusão social consiste em um processo bilateral no qual sociedade e indivíduo buscam conjuntamente mecanismos que possibilitem participação plena em todos os espaços sociais. Nesse contexto, a igreja possui responsabilidade significativa na construção de ambientes mais humanizados, capazes de acolher diferentes necessidades e singularidades humanas.

Além disso, a perspectiva sócio-histórica de Vygotsky (1997), contribui para compreender que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e das experiências vivenciadas coletivamente. Assim, a convivência em ambientes comunitários favorece a construção de vínculos afetivos, culturais e emocionais, sendo a igreja um espaço potencialmente significativo para o fortalecimento do pertencimento social e espiritual da pessoa com deficiência.

No caso das pessoas com TEA, o acolhimento no ambiente religioso pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da interação social, da segurança emocional e da participação comunitária. Entretanto, para que isso aconteça de maneira efetiva, torna-se fundamental que a comunidade religiosa esteja preparada para compreender as especificidades sensoriais, comunicacionais e comportamentais desses indivíduos.

Dessa maneira, pensar a igreja como espaço inclusivo implica reconhecer sua função não apenas espiritual, mas também educativa, social e humanizadora. A construção de práticas acolhedoras, acessíveis e inclusivas fortalece os princípios cristãos de amor, comunhão e respeito à dignidade humana, promovendo participação e pertencimento a todos os indivíduos em sua singularidade.

Nessa perspectiva, a educação cristã também exerce importante função formativa no desenvolvimento humano e comunitário. Conforme destaca Ortiz Vidal (apud PAGÁN, 2025, p. 132), "a educação cristã consiste no esforço divino-humano deliberado, sistemático e contínuo para comunicar conhecimentos, valores, atitudes, habilidades e comportamentos consistentes com a fé cristã". Dessa forma, compreende-se que o

ambiente religioso também pode contribuir para práticas educativas mais acolhedoras, inclusivas e humanizadas.

3.2 Inclusão, pertencimento e convivência da pessoa com TEA na comunidade religiosa

A inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no contexto religioso ultrapassa a ideia de presença física nos cultos e atividades eclesiais. Trata-se da construção de relações de pertencimento, acolhimento e participação dentro da comunidade de fé. Nesse sentido, a igreja inclusiva deve reconhecer que cada indivíduo possui singularidades, necessidades e formas próprias de interação social e espiritual.

A convivência comunitária representa importante elemento no desenvolvimento humano, emocional e social da pessoa com deficiência. Segundo Vygotsky (1997), as relações sociais exercem papel fundamental na constituição do sujeito, favorecendo experiências de aprendizagem, interação e construção cultural. Dessa maneira, os ambientes religiosos podem contribuir significativamente para o fortalecimento dos vínculos afetivos e do sentimento de pertencimento social da pessoa com TEA.

Entretanto, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades relacionadas à falta de compreensão, preparo e acessibilidade nos espaços religiosos. Em diversos contextos, comportamentos relacionados à autorregulação sensorial, dificuldades de comunicação ou necessidade de mediação ainda são interpretados de maneira inadequada, produzindo afastamento e exclusão social.

Nesse contexto, o acolhimento da pessoa com TEA exige sensibilidade, empatia e disposição da comunidade religiosa para compreender as diferenças humanas sem julgamentos ou estigmatização. A inclusão no ambiente eclesial deve ocorrer de maneira humanizada, respeitando limites, potencialidades e necessidades específicas de cada indivíduo.

Além disso, Mantoan (2003), afirma que incluir significa reconhecer a diversidade como parte constitutiva da sociedade, exigindo transformação das práticas sociais e educativas. Tal perspectiva pode ser aplicada à realidade da igreja, compreendendo que a participação da pessoa com deficiência fortalece não apenas o indivíduo, mas também a própria comunidade religiosa em seus valores de comunhão, respeito e dignidade.

humana.

Sob essa perspectiva, a igreja assume importante função social e espiritual ao promover ambientes mais acolhedores, acessíveis e inclusivos. Quando a comunidade religiosa compreende a inclusão como prática de pertencimento e convivência humana, ela fortalece relações mais empáticas, solidárias e coerentes com os princípios cristãos de amor ao próximo.

3.3 Adaptações pedagógicas e acessibilidade no ensino religioso

As adaptações pedagógicas constituem importantes instrumentos para favorecer a participação de pessoas com deficiência nos espaços educativos e religiosos. No contexto da igreja, essas adaptações podem ocorrer por meio da reorganização das atividades, utilização de recursos visuais, adequação da linguagem, flexibilização metodológica e mediação individualizada.

Nesse sentido, o Plano Educacional Individualizado (PEI) apresenta-se como importante ferramenta de planejamento inclusivo, permitindo identificar necessidades específicas, potencialidades e estratégias adequadas para o desenvolvimento do indivíduo. Sob essa perspectiva, a construção do Plano Educacional Individualizado (PEI) exige atuação colaborativa entre educadores, família e comunidade, considerando as necessidades específicas de cada indivíduo.

Segundo os autores Franco e Guerra (2018, p.93), ao discutirem práticas pedagógicas em contextos inclusivos, destacam a importância da mediação, do planejamento compartilhado e das intervenções individualizadas no processo de aprendizagem da pessoa com deficiência. Tal compreensão pode ser aplicada também ao contexto religioso, favorecendo práticas mais acolhedoras, acessíveis e sensíveis às singularidades da pessoa com TEA. Embora frequentemente utilizado no contexto escolar, seus princípios podem contribuir também para o planejamento de práticas educativas no ambiente eclesial.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura o direito à acessibilidade e à participação plena das pessoas com deficiência em todos os espaços sociais. Dessa maneira, as adaptações pedagógicas no contexto religioso representam não apenas ações de acolhimento, mas também garantia de direitos e valorização da dignidade humana.

Além disso, Vygotsky (1997) enfatiza que o aprendizado ocorre mediante interação, mediação e construção coletiva do conhecimento. Para o autor, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores depende das relações sociais estabelecidas pelo sujeito em seu meio cultural. Assim, o ambiente religioso pode contribuir significativamente para o desenvolvimento social e emocional da pessoa com deficiência, desde que existam práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas.

Conforme os autores Franco e Guerra (2018, p.93), ao citarem Oliveira (2010a), destacam a importância da mediação e da atuação na zona de desenvolvimento potencial do aluno durante o processo de aprendizagem.

Sob a perspectiva montessoriana, o ambiente também exerce papel fundamental no processo de aprendizagem. Montessori (2017) compreende que espaços organizados, previsíveis e acolhedores favorecem autonomia, concentração e desenvolvimento integral da criança. Dessa forma, ambientes religiosos estruturados e sensorialmente equilibrados podem contribuir para maior participação da pessoa com TEA nas atividades comunitárias.

3.4 A participação da família no processo de inclusão religiosa

A família desempenha papel fundamental no processo de inclusão da pessoa com deficiência, especialmente no que se refere ao desenvolvimento emocional, social e espiritual. No contexto religioso, o acolhimento familiar torna-se elemento essencial para fortalecer vínculos de pertencimento e segurança afetiva.

Muitas famílias de crianças e jovens com TEA enfrentam dificuldades relacionadas à falta de compreensão social, preconceitos e ausência de acessibilidade nos ambientes comunitários. Por essa razão, o acolhimento promovido pela igreja pode representar importante apoio emocional e espiritual para essas famílias.

Nesse contexto, torna-se necessário que a comunidade religiosa desenvolva atitudes de escuta, empatia e apoio contínuo, respeitando as necessidades individuais de cada família. A inclusão não deve ocorrer apenas em relação à pessoa com deficiência, mas também àqueles que participam diretamente de seu processo de cuidado e desenvolvimento.

Segundo Vygotsky (1997), o desenvolvimento humano ocorre nas relações

sociais estabelecidas ao longo da vida. Assim, a interação familiar e comunitária exerce influência significativa na formação emocional e social do indivíduo.

Dessa maneira, quando a igreja acolhe não apenas a pessoa com deficiência, mas também sua família, fortalece-se uma rede de apoio baseada na comunhão, no respeito e no cuidado mútuo, favorecendo desenvolvimento humano, participação social e pertencimento espiritual.

3.5 Formação de líderes, professores e voluntários para a inclusão

A formação continuada de líderes religiosos, professores e voluntários constitui elemento essencial para a construção de práticas inclusivas no ambiente eclesial. Em uma sociedade marcada pela diversidade humana, torna-se indispensável que aqueles que atuam no ensino religioso estejam preparados para acolher diferentes necessidades e formas de aprendizagem.

Nesse sentido, a formação contribui para ampliar a compreensão acerca da deficiência, do Transtorno do Espectro Autista, da acessibilidade e das adaptações pedagógicas necessárias ao contexto religioso. Além do conhecimento técnico, torna-se fundamental desenvolver sensibilidade, empatia e postura humanizada diante das diferenças humanas.

Mantoan (2003), afirma que a inclusão exige transformação das práticas educativas e mudança de mentalidade diante da diversidade. Assim, a formação continuada auxilia na desconstrução de preconceitos historicamente presentes em diferentes espaços sociais e religiosos.

Além disso, Sassaki (2006), destaca que a construção de uma sociedade inclusiva depende da participação coletiva e da eliminação de barreiras atitudinais. Dessa forma, preparar líderes e educadores para a inclusão significa fortalecer uma igreja mais acessível, acolhedora e coerente com os princípios cristãos de amor e comunhão.

Portanto, investir na formação de professores, voluntários e líderes religiosos representa importante passo para a construção de ambientes eclesiais mais inclusivos, humanizados e preparados para acolher todas as pessoas em sua singularidade.

Dessa forma, pensar a inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no

ambiente religioso significa reconhecer que o acolhimento cristão deve ultrapassar discursos e alcançar práticas efetivas de participação, acessibilidade e pertencimento. Assim, a igreja fortalece sua função social, espiritual e comunitária, tornando-se espaço de convivência, respeito às diferenças e valorização da dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.

O presente estudo buscou refletir acerca da inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto religioso, considerando os princípios da educação inclusiva e da educação especial aplicados ao ambiente eclesial. A pesquisa possibilitou compreender que a inclusão ultrapassa os limites do ambiente escolar, alcançando também os espaços sociais, comunitários e religiosos.

Ao longo do trabalho, observou-se que a igreja exerce importante função social, educativa e acolhedora, podendo contribuir significativamente para o desenvolvimento humano, emocional e social da pessoa com deficiência. Nesse sentido, práticas inclusivas, adaptações pedagógicas, acessibilidade e acolhimento sensorial tornam-se instrumentos relevantes para favorecer participação, pertencimento e convivência comunitária.

As contribuições teóricas de autores como Vygotsky, Montessori, Mantoan e Sasaki permitiram compreender que a inclusão exige transformação das práticas sociais e atitudinais, considerando as singularidades e potencialidades de cada indivíduo. Dessa forma, o ambiente religioso pode tornar-se espaço mais humanizado, acessível e preparado para acolher pessoas com TEA e suas famílias.

A pesquisa também evidenciou a importância da formação continuada de líderes, educadores e voluntários no contexto eclesial, bem como a relevância da atuação colaborativa entre igreja, família e comunidade na construção de práticas inclusivas. Nesse contexto, propostas como o Projeto Acolher em Silêncio demonstram que pequenas adaptações podem contribuir significativamente para o bem-estar e a participação da pessoa com TEA nas atividades religiosas.

Conclui-se, portanto, que a inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no ambiente religioso não deve ser compreendida apenas como ação assistencial, mas como compromisso social, educacional, humano e espiritual fundamentado no respeito à dignidade humana e na valorização das diferenças.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para futuras reflexões acerca da inclusão da pessoa com deficiência nos espaços religiosos, incentivando práticas mais acessíveis, acolhedoras e comprometidas com a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5. ALMEIDA, João Ferreira de. **Bíblia Sagrada**. Barueri SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.
- ASSOCIATION, American Psychiatric. **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Lei Romeo Mion. Brasília: Presidência da República, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Brasília: Presidência da República, 2000.
- BRASIL. **Decreto nº 12.686, de dezembro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 2025**. Que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025.
- CHAMPLIN, Russell Norman; BENTES, João Marques. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Editora e Distribuidora Candeia, 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.
- FRANCO, Marco Antonio Melo; GUERRA, Leonor Bezerra (org.). **Práticas pedagógicas em contexto de inclusão: situações de sala de aula**. 3. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- MONTESSORI, Maria. **A mente absorvente**. São Paulo: Nórdica, 2017.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2003.
- PAGAN, Samuel. **Educação cristã transformadora**. Rio de Janeiro: CPAD, 2025
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- WRIGHT, Christopher. **A Missão do povo de Deus: uma teologia bíblica da missão da igreja**. São Paulo: Vida Nova, 2012.
- ZILLOTTO, Gisele Sotta. **Educação especial na perspectiva inclusiva**. 2. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023.